



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

247ª Assembleia Ordinária do Conanda

Resumo Executivo

17/02

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais

Rodrigo Torres de Araújo Lima - Secretaria de Direitos Humanos

Ana Lucia de Lima Starling- Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia Marques – Casa Civil

Kelly Cristina Alves- Ministério da Cultura

Francisco Antonio de Souza Brito- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rubens Bias Pinto – Ministério da Saúde

Sociedade Civil:

Fabio José Garcia Paes- Aldeias Infantis SOS Brasil

Elisa Maciel Costa – Associação Internacional Maylê Sara kalí

Antônio Dantas- Movimento Nacional de Direitos Humanos- MNDH

Carolina Freire de Carvalho de Carvalho- Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular

Vitor Cavalcante de Sousa Válerio – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani – Associação Brasileira de Educação e Cultura

Miriam Maria José dos Santos –Inspetoria São João Bosco- Salesianos

Raimunda Núbia Lopes da Silva – Central Única dos Trabalhadores –CUT

Djalma Costa - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED

Marco Antônio da Silva Souza- Movimento nacional de meninos e Meninas de Rua- MNMMR

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Carolina Oliveira Brandão – Secretária de Direitos Humanos

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas - Secretaria de Direitos Humanos

Mauro Lúcio de Barros - Ministério da Educação

Sociedade Civil

Catarina de Santana Silva- Fundação fé e Alegria do brasil

José Carlos Sturza de Moraes- Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Josiane Gomes Soares- Conselho Federal de Psicologia – CFP

Manoel Torquato Carvalho de Souza- Associação Nacional Criança Não é de Rua

Renato Barão Varalda- Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude-ABMP

Pedro Affonso Duarte Hartung- Instituto Alana

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite- Federação nacional das APAES- FENAPAES

Demais Participantes:

Ananias Neves Ferreira - CEDCA/MG

Lucimara Cavalcante - AMSK

Francine Junqueira - Rede La Salle

Amanda Ferreira - ECPAT Brasil

Marcia Gatto - GT Criança e Adolescente em Situação de Rua

Sandra Barbosa- FNDCA

Maria do Carmo-USBEE/FNDCA

Yaponã Bone- G38/MA

Rodman da Silva santos – G38 CEDCA/ PA

Carolina Diniz- G38/BH

Maria do Socorro Carvalho-G38-Educadora

Silas Santos- G38/BA

Alessa Sumizana- G38/CE

Djeison Rique - G38 CEDCA/ MT

Maria Gutenara Araújo – Coordenadora Geral do Conanda

Evanize Sydow- Consultora- Conanda

Karla Abreu- SEDH- Conanda

Pauta:

17/02

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

14h00 – 15h00: Abertura, aprovação da pauta da 247ª Assembleia Ordinária e informes da Mesa Diretora;

15h00 – 15h20: Eleição para presidente, vice-presidente e coordenadores das comissões permanentes do Conanda;

15h20 – 17h00: Apresentação da Comissão Organizadora da X CNDCA;

17h00 – 18h00: Apresentação do GT 25 Anos do Eca;

18h00: Encerramento do primeiro dia da 247ª Assembleia Ordinária do Conanda.

18/02

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

09h00 – 13h00: Planejamento Estratégico do Conanda – Apresentação das Comissões Permanentes;

13h00 – 14h00: Intervalo para o almoço;

14h00 – 14h30: Apresentação ODS – Itamaraty e conselheira Heloísa;

14h30 - 16h30: Comissões

16h30 – 18h00: Apresentação de projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016;

18h00: Encerramento da 247ª Assembleia Ordinária do Conanda.

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 247ª e aprovação do Cronograma de Assembleias 2016;

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres (SDH) abriu 247ª Assembleia Ordinária, dando início aos trabalhos do Plenário. Em seguida fez a leitura e aprovação da pauta na assembleia. O conselheiro Vitor Cavalcante requereu discussão sobre o papel dos relatores das comissões permanentes do Conselho e pediu revisão da indicação de relator para a CMF. O conselheiro Vitor Cavalcante solicitou aos membros da COF a inclusão da discussão e previsão de recursos para o plano de comunicação dentro do plano de aplicação do Conselho. Vários conselheiros manifestaram a presença da Ministra e Secretário Especial para a 248ª Assembleia Ordinária do Conselho. Em seguida, o presidente, Rodrigo Torres, anunciou a sua saída enquanto representante da SDH no Conselho e apresentou as novas indicações da SDH para ocupar a função de conselheiras do Conanda. Rodrigo Torres apresentou a coordenadora-geral, Ana Lucia Starling, para assumir a titularidade de conselheira e vice-presidente do Conanda, tendo em vista que naquele dia haveria a alternância entre os cargos de presidente e vice-presidente entre a sociedade civil e governo. Apresentou também a coordenadora-geral Heloíza Egas para assumir o suplência do conselho enquanto representante da sociedade civil. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora Ana Lúcia Starling, indicada para assumir a vice-presidência do Conanda. Ana Lúcia Starling se apresentou ao plenário, falou sobre a sua atuação na SDH e em órgãos anteriores e passou a palavra para coordenadora-geral Heloíza Egas se apresentar. Heloíza Egas se apresentou, falou sobre seu histórico acadêmico e

profissional como servidora pública, ressaltando estar honrada pela confiança do secretário Rodrigo Torres ao indicá-la como suplente da SDH no Conselho.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Inclusão de discussão dentro da COF do plano de comunicação;
- Solicitação da presença da Ministra e Secretário Especial para a Assembleia de Março;

Item 2. Eleição para presidente, vice-presidente e coordenadores das comissões permanentes do Conanda;

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres informou à plenária que está saindo da função enquanto representante da SDH no Conanda e em seguida informou as indicações da coordenadora-geral do Observatório Nacional da Criança e do Adolescente, Ana Lúcia Starling, enquanto conselheira titular e vice-presidente do Conanda e em seguida anunciou o nome da coordenadora-geral Heloíza Egas, como conselheira suplente representante da SDH. O Secretário Rodrigo Torres agradeceu aos presentes na plenária e falou sobre a importância do período no qual esteve como presidente do Conselho e representante da SDH no colegiado. Informou que de forma alguma sua saída significará o seu afastamento do conselho, mas que espera que com as novas representantes da SDH no conselho a representação seja ainda mais qualificada e se propôs a acompanhar de perto das ações e reuniões do Conselho. Informou a seguinte escolha para as coordenações das comissões que estarão com os membros do governo: Comissão de Orçamento e Finanças sob a coordenação de Heloíza Egas e relatoria do conselheiro Edmundo Kroger e a Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Parlamentares sob a coordenação do conselheiro David Ulisses do Ministério da Justiça e relatoria do conselheiro Pedro Hartung. Em seguida o Secretário, Rodrigo Torres, passou a palavra para o conselheiro Fabio Paes, representante das Aldeias Infantis, fazer o anúncio sobre a indicação entre os membros da sociedade civil do Conselho para a função de presidente do Conanda. O conselheiro e até então vice-presidente do Conanda, Fábio Paes, saudou a todas e a todos e informou ao plenário seu nome como indicado da

sociedade civil para a presidência do Conselho. Em seguida, informou também as seguintes indicações para as comissões permanentes do Conselho: Comissão de Políticas Públicas sob a coordenação da conselheira Jimena Grignani e relatoria do conselheiro Rubens Bias; Comissão de Mobilização e Formação sob a coordenação do conselheiro Vitor Cavalcante e relatoria do conselheiro Jordelino Serafim. O conselheiro Vitor Cavalcante fez ponderação em relação a indicação para relatoria da CMF e questionou o papel e atribuições das relatorias. O presidente Fábio Paes pediu destaque para o requerimento do conselheiro Vitor Cavalcante e disse que cabe a mesa diretora a discussão sobre o papel dos relatores. O conselheiro Djalma Costa relatou angústia sobre o que considerou distanciamento da ministra e do secretário nacional na composição do Conanda e solicitou registro em ata de seu descontentamento em relação à ausência destes representantes governamentais. O secretário nacional Rodrigo Torres relatou que o secretário especial, Rogério Sottili, está fazendo uma incidência política muito forte para manter a estrutura da secretaria e acredita que o caminho de construção é permanente e que o conselho sentirá a evolução e qualificação a partir das indicações feitas. A conselheira Miriam Santos concordou com o conselheiro Djalma, no sentido de lamentar que o Secretário Nacional não seja mais membro do Conselho e perda de status da SDH. O secretário Rodrigo Torres informou que o número de cortes será o menor possível, e que está em tempo a incidência política, justificou também, a ausência da Ministra Nilma Lino e do secretário Rogério Sotilli, relatando que ambos estão fora do país.

Deliberação/Encaminhamentos:

- O conselheiro Fabio José Garcia Paes, representante das Aldeias Infantis, foi eleito como presidente do Conanda e a conselheira Ana Lucia Starling, representante da SDH, eleita como vice-presidente do Conselho;
- O Plenário aprovou a composição das coordenações das comissões permanentes:
 - Comissão de Políticas Públicas:
 - Coordenadora: Jimena Grignani
 - Relatoria: Rubens Bias

- Comissão de Orçamento e Finanças:
 - Coordenadora: Heloíza Egas
 - Relatoria: Edmundo Kroger
- Comissão de Mobilização de Formação:
 - Coordenador: Vitor Cavalcante
 - Relatoria: Jordelino Serafim
- Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Parlamentares:
 - Coordenador: Davi Ulisses
 - Relatoria: Pedro Hartung
- A análise e avaliação do requerimento do conselheiro Vitor Cavalcante sobre o papel dos relatores e substituição da relatoria da CMF será discutida pela Mesa Diretora;
- Encaminhar comunicado por e-mail aos estados sobre a nova presidência e vice-presidência do Conanda;
- A Secretaria de Direitos Humanos apresentará o status da estruturação do Ministério.

Item 3. Apresentação da Comissão Organizadora da X CNDCA

Principais pontos abordados: O conselheiro José Carlos Sturza e o adolescente do G38, Silas Santos, apresentaram-se a plenária para dar início ao relato sobre o status das atividades e trabalhos da Comissão Organizadora da X CNDCA. O adolescente Silas Santos (G38) ressaltou a importância de garantir a presença do G-8 durante as Assembleias do Conanda e ressaltou os esforços do Secretário Rodrigo Torres, quando então presidente do Conselho, para essa garantia. O conselheiro José Carlos Sturza deu início a sua fala com os informes da conferência, divulgando a data conferência, que teria início no dia 24 de abril, com sua abertura. Informou que as outras 4 (quatro) conferências temáticas da SDH teriam início também no dia 24 de abril. O conselheiro informou sobre necessidade de se colocar a proposta de regimento interno da conferência em consulta pública o mais rápido possível. Falou também sobre a necessidade de construção de um protocolo de proteção e participação de crianças e adolescentes para a X CNDCA. Em seguida, citou a

necessidade de fechar a proposta que já está avançada. Ressaltou que o Conselho não conseguiu cumprir a proposta de educomunicação como se esperava. Informou que a Comissão deliberou pelo convite às crianças e adolescentes que participaram do Encontro de dezembro para participarem como delegadas natas dentro das 77 vagas estabelecidas pelo Documento Base da Conferência. O adolescente Silas Santos falou que o G38 tem trabalhando e discutido na Comissão Organizadora a construção de uma metodologia diferenciada para os grupos de adolescentes da Conferência. A conselheira Miriam Santos questionou se haverá uma metodologia paralela a partir dessa proposta apresentada pelo Silas. Informou que em outros momentos tinham discutido a inclusão da cidade de direitos na conferência, assim como foi na conferência anterior, e questionou se essa ideia tinha avançado. Questionou também sobre os convidados e os critérios para a definição de quem serão. Por fim, a conselheira parabenizou a proposta de o regimento interno ser aprovado pelo Plenário do Conselho e ser submetido à consulta pública. O presidente Fábio Paes respondeu a conselheira Miriam Santos que o conselheiro Antonio Lacerda irá se posicionar e mobilizar o Conanda para as vagas. O Conselheiro José Carlos Sturza respondeu sobre a cidade de direitos, informando que a comissão já se manifestou em reuniões anteriores sobre a importância de replicar essa ideia que deu certo, mas ressaltou a falta de recursos para executar, mas que a SDH havia informado que a alternativa para viabilizar a cidade de direitos era por meio de financiamento externo, mas que até o momento não tinham dado retorno se avançaram nessa proposta. O conselheiro Rubens Bias sugeriu que a Conferência pudesse garantir algumas temáticas, tais como medicalização, obesidade, saúde alimentar, criança e adolescente em situação de rua, sobre os ODS e sobre o marco legal da primeira infância. Sugeriu também que o conselho convidasse a Secretária Angelica Goulart para participar da conferência. O presidente do conselho estadual de Minas Gerais, Ananias Neves, questionou a proteção de crianças e adolescente durante a conferência e solicitou acompanhamento especial das crianças e adolescentes, principalmente em relação às crianças, pois os pais tem dificuldade de permitir a participação de crianças sem que não os acompanhe diretamente. Dessa forma, sugeriu que esse entendimento ficasse claro para os estados e delegados. A conselheira Miriam ressaltou a importância da preocupação do

conselheiro estadual Ananias Neves e sugeriu que os pais pudessem acompanhar as crianças delegadas.

Deliberação/Encaminhamentos:

- As crianças delegadas para a X CNDCA terão direito a um acompanhante, podendo ser, de preferência, seus pais ou responsáveis legais;
- Verificar entre os conselheiros do Conanda quem participará da X CNDCA e 12ª CNDH até dia 24 de fevereiro;
- Definição para Mesa Diretora: estabelecimento de prazo para a construção do conteúdo do Regimento Interno da Conferência;
- Perguntar via e-mail sugestões de convidados para a X CNDCA;
- Até a conferência a comissão tem a liberdade de criar protocolo de proteção e participação para a conferência e CMF incluir em seu planejamento a construção de metodologia de participação de crianças e adolescentes.

Item 5. Apresentação do GT 25 Anos do Eca;

Principais pontos abordados: A vice-presidente do Conanda, Ana Lúcia Starling, apresentou para o plenário as atividades do GT 25 Anos do Eca e status do relatório em construção.

18/02

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

Item 6. Planejamento Estratégico do Conanda – Apresentação das Comissões Permanentes;

Principais pontos abordados: O presidente Fábio Paes fez a abertura da plenária e informou que, conforme pactuado no dia anterior, cada comissão

faria seu relato. O conselheiro Vitor Cavalcante sugeriu que a COF apresentasse primeiro seu parecer sobre a proposta que a CMF já havia submetido de financiamento do Plano de Comunicação do Conselho. O conselheiro lembrou que esse plano foi aprovado no final do ano passado e, por esse motivo, é importante que ele seja implementado. Em seguida, o conselheiro Edmundo Kroger fez a leitura do parecer da COF favorável a aprovação de recursos destinados a implementação do Plano de Comunicação, citando as ações e equipamentos necessários a serem utilizados para efetivação do plano. O conselheiro Rubens Bias reforçou a importância do plano de comunicação e considerou preocupante o conceito de plano, por este parecer ser pontual. Reforçou que o Conanda precisa de um instrumento que representa o que ela faz e produz. O secretário Rodrigo Torres ressaltou que a COF necessita construir uma proposta para o plano de aplicação a ser apresentado e aprovado na próxima assembleia e os recursos e ações do Plano devem constar detalhadamente no plano. O conselheiro Djalma Costa ressaltou que plano foi aprovado e que resta agora instrumentalizá-lo. A conselheira Miriam Santos questionou o motivo de não funcionamento do portal do Conanda. O presidente Fábio respondeu à conselheira que o projeto do Conselho está entre as ações do plano. O secretário Rodrigo Torres justificou que foi feito um convênio para funcionamento do site e que o contrato acabou e o site não foi atualizado, além de apresentar uma plataforma antiga e que não permite uma série de recursos. O presidente Fábio Paes ressaltou que a COF precisa organizar e agilizar, para o mês de março, as ações a serem financiadas para a efetivação do plano de comunicação dentro do plano de aplicação do fundo. O conselheiro Edmundo Kroger sugeriu não esperar para a próxima assembleia e sim aprovar naquela reunião essa aplicação destinada ao plano de comunicação. O conselheiro Vitor Cavalcante ressaltou que acredita na urgência da matéria e sugeriu a contratação de pessoas voltadas a implementação do plano e acompanhamento da CMF. O secretário Rodrigo Torres explicou que quando se aprova o plano de aplicação se aprova também os projetos e o conteúdo desses projetos, por isso a importância do detalhamento e especificação. A coordenadora-geral do Conanda, Maria Gutenara, informou que de imediato o Conanda pode solicitar contratação de uma consultoria específica voltada para o plano de comunicação. O

conselheiro Fábio Paes pediu a liberação de recursos do fundo para implementação do plano. O conselheiro Djalma Costa solicitou que a Mesa precedesse com a votação do parecer da COF. O conselheiro Edmundo Kroger sugeriu que a SDH pudesse fazer os encaminhamentos sobre a implementação do plano e sugeriu fazer parcerias internacionais por meio de projetos que auxiliasse o Conanda com o plano de aplicação. O presidente Fábio Paes solicitou a votação da questão em ordem política. Em seguida, o presidente Fabio Paes submeteu à votação a aplicação de 1 (um) milhão de reais do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente para a implementação do plano de comunicação do Conanda. A proposta foi aprovada por 14 votos favoráveis e 4 abstenções. Em seguida, o secretário Rodrigo Torres relatou a decisão e proposta da Mesa Diretora para o plenário de ajuste nas ações da Carta Acordo com a Flacso. Tendo em vista a proximidade da X CNDCA, a proposta é mudar as ações da carta acordo que previam caravanas de direitos da criança e do adolescente para ações da X CNDCA. As ações para a conferência seriam principalmente às destinadas à metodologia, educomunicação, sistematização das propostas e atividades culturais. O presidente Fabio Paes explicou que a proposta é adaptar as ações que seriam caravanas para ações que qualifiquem a conferência. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que foi levada para a CMF a discussão sobre as ações das caravanas previstas na carta acordo e manifestou preocupação em cancelar essas ações, pois as caravanas tinham o propósito de alcançar um público específico. O presidente Fábio Paes ressaltou que os projetos sejam discutidos na mesa diretora, COF e CMF e que acompanhem todo e qualquer projeto aprovado. O presidente justificou a reorganização das atividades e informou que o projeto das caravanas pode ser retomado após as conferências. O presidente Fábio Paes relatou que a mesa diretora do conselho fez reunião com a Heloísa da UERJ e com o subsecretário de direitos humanos da prefeitura do Rio de Janeiro, o senhor Ernesto Braga, sobre as ações da cidade voltadas às crianças e adolescentes e informou que havia a disposição para parceria com o Conanda, no sentido de apoiar tais ações. O presidente do Conselho citou algumas das ações do projeto e questionou a plenária quais poderiam ser as ações de apoio do Conanda. O conselheiro estadual, Ananias Neves (MG) informou que recebeu a notícia por entidades da sociedade civil que o estado

tinha a intenção de criar uma pasta do sistema penitenciário e que gestão da política do Sinase ficaria sob a responsabilidade dessa secretaria. Em seguida solicitou que o Conanda se manifestasse sobre essa possibilidade. A conselheira Miriam Santos afirmou que foi encaminhado o manifesto ao Conanda assinado por entidades da sociedade civil à Ministra e ressaltou que o Conanda deve se responsabilizar por essa questão também. O plenário deliberou por convidar o Secretário de Estado de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais para a próxima reunião do Conselho para prestar informações sobre o Sinase de seu estado e encaminhar ofício ao governador informando a informação recebida pela entidade de defesa do Sinase de BH em apoio a nota. Em relação ao relato sobre o Sinase Ceará, onde na última rebelião houve a morte de um adolescente relatado pelos conselheiros Djalma Costa e Manoel Torquato, o conselheiro Djalma Costa solicitou um posicionamento firme do Conselho. O conselheiro Fábio Paes questionou as possibilidades de ações do Conselho junto ao Judiciário. O conselheiro Vitor Cavalcante solicitou que o Governo Federal atue na questão do estado de Minas Gerais no sentido de agregar a pressão do Conanda. O conselheiro Pedro Hartung sugeriu uma ação civil ou mandado de segurança coletivo e manifestação pública em relação ao crime contra um adolescente na unidade de internação do Ceará. O conselheiro Manoel Torquato citou as ações que foram realizadas no estado do Ceará e que não tiveram resultado efetivo sobre o sistema socioeducativo local. O conselheiro Pedro Hartung sugeriu encaminhar ofício ao PGR pedindo o deslocamento de competência em relação ao crime cometido contra o adolescente no estado do Ceará. O conselheiro Renato Barão se dispôs a construir minuta de ofício a ser encaminhada pelo Conselho ao PGR. O secretário Rodrigo Torres informou que, em relação ao Sinase do estado Ceará, já existe um envolvimento de um grupo dentro da SDH para o monitoramento das ações do Estado. O secretário informou que o problema do Sinase no Ceará é complexo e que não envolve um único ator.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Liberação de recursos do fundo para o plano de aplicação (um milhão e um). Os termos e instrumentos de execução serão definidos pela COF a ser apresentado na assembleia de março;

- Contratação de consultoria para execução do plano de comunicação e assessoramento;
- Enviar convite (para assembleia de março) ao Governador de Minas Gerais e Secretário responsável pelo Sinase;
- Ofício (ao governador de MG) do Conanda informando que recebeu manifesto do Fórum Permanente do SINASE de Belo Horizonte sobre a possibilidade de transferência da gestão da política do Sinase para um secretaria responsável pelo sistema penitenciário;
- Enviar convite (para assembleia de março) ao Governador do Ceará e Secretário do estado responsável pelo Sinase;
- Conselheiro Renato Barão fará minuta de ofício ao PGR em que solicita a federalização do crime ocorrido na unidade de internação do Estado do Ceará;

Item 7. Apresentação ODS

Principais pontos abordados: O presidente Fábio Paes convocou o senhor Mário Mottin, chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretária-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Internacionais para apresentação da ODS. Mario Mottin desejou boa tarde a todas e a todos e iniciou a apresentação com uma breve explicação se tratava agenda ODS e informou que o Brasil também articulou um Grupo Interministerial, com a participação de 25 órgãos, para discutir de que forma trabalhar a agenda proposta pelos ODS de forma integrada às políticas públicas brasileiras. Foi aberto também um canal de escuta de demandas da sociedade civil e de intensa participação social, com a realização de uma série de encontros entre o Grupo e diversos atores da sociedade civil sobre o tema. O coordenador acrescentou que em setembro de 2014 apresentamos a estratégia brasileira destacando alguns anseios do país, como a agenda dos ODS ser universalizada para todos os países e não apenas para aqueles em desenvolvimento, como os ODM, com níveis de responsabilização maior para os países desenvolvidos, e também que a dimensão social, de combate à pobreza, presente na pauta e com destaque para, além da questão da desigualdade, do combate à discriminação. Explicou, também, que o IBGE iniciou um trabalho reunindo os principais produtores de dados estatísticos do

Brasil para, juntos, analisarem quais indicadores que o país já tem e quais terá que construir. Ressaltou que, o desafio é de que cada país estabeleça seus limites, pois embora os ODS sejam universais, nem todos irão partir do mesmo ponto de partida, tendo em vista que estão em estágios de desenvolvimento diferentes, explicou Mário, destacando que as próprias metas terão de evoluir conforme os países consigam aprimorar a sua forma de medir os resultados. O conselheiro Rubens Bias agradeceu a presença do coordenador, e afirmou que essa agenda é estratégica por compartilhar ao mundo os direitos sociais e civis. O conselheiro Pedro Hartung ressaltou que este é um tema seria um tema estratégico e pediu que o Conanda coloque a pauta dos ODS em 2016 como prioridade dentro do conselho. A conselheira Heloísa Helena sugeriu que os conselheiros entrassem no ícone criança e adolescente nos ODS, no site da fundação Abrinq, onde constam detalhadamente as informações sobre esse assunto. Após a apresentação sobre o status da discussão sobre o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo Brasil e após com o plenário do Conselho, o presidente do Conanda, Fábio Paes, agradeceu ao representante do MRE e destacou a importância do Conselho tomar conhecimento sobre os ODS para que pudesse se inserir com mais profundidade sobre o tema.

Item 8. Relato das Comissões Permanentes

Principais pontos abordados:

Comissão de Mobilização e Formação - CMF: O conselheiro Vitor Cavalcante informou que a Comissão revisitou o planejamento estratégico da CMF e trabalhou no sentido de trabalhar com as ações que ainda são possíveis de serem realizadas nessa gestão. Informou que estavam previstos 7 pontos principais no planejamento da CMF e que a comissão analisou o status e a viabilidade de cada um. Lembrou que o ponto referente ao Plano de Comunicação está concluído, pois o Plano foi aprovado no final do ano passado e agora resta a sua implementação. Sobre a implementação, lembrou que o Conselho já deliberou o aporte financeiro naquela reunião a partir da demanda apresentada pela COF. Ressaltou que a Comissão discutiu a necessidade de criação de uma metodologia para a participação de crianças e adolescentes. Lembrou que havia um ponto proposta dentro do plano sobre a

disseminação do ECA em forma de quadrinhos. Informou que o conselheiro Manoel Torquato disse que já possui um projeto pensado para essa ação e que irá apresentar na próxima reunião da Comissão. Ressaltou que há um ação para CMF sobre a reforma política do Conselho, que fica inviabilizada, pois o GT da Reforma Política encontra-se parado. Nesse sentido, o encaminhamento possível é o retorno das atividades desse GT. Estamos tentando tirar de pauta o ponto que diz sobre a publicação de instrumentos lúdicos a partir do trabalho de adolescentes e crianças e que esse trabalho seria apresentado dentro da Conferência. Como essa pauta não foi encaminhada com antecedência, não é possível agora ela ser construída, tendo em vista o pouco tempo até a Conferência. Finalizou informando o status geral dos pontos do planejamento da CMF e ressaltando que a principal pauta da comissão para o ano de 2016 é sobre a metodologia de participação de crianças e adolescentes. O conselheiro Manoel Torquato, respondendo ao questionamento do presidente Fabio Paes se a CMF pensou em campanhas, respondeu que ficou responsável é pensar para outro em um concurso nacional para captar produções feitas por crianças e adolescentes sobre os seus direitos. A coletânea desse material serviria de material para as possíveis campanhas. Esse concurso seria para o segundo semestre do ano, em outubro. O conselheiro Djalma Costa perguntou onde estaria a campanha contra a redução da idade penal e se essa atividade seria de responsabilidade da CMF. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que o planejamento das ações dessa campanha não estava sob a responsabilidade da CMF. Informou que o vice-presidente anterior do conselho, no ano passado, tomou para si essa responsabilidade e tinha delegado também a conselheira Heloísa Oliveira. Contudo informou que conversou com a conselheira que entendeu que as atividades de mobilização deveriam estar sob a responsabilidade direta da CMF. Contudo, desde setembro a responsabilidade sobre essas ações estão conflituosas, pois muitas delas estão sob a responsabilidade da comissão organizadora da conferência. No entanto, para este ano o conselheiro disse que entende que essas ações de campanha devem ficar dentro da CMF por sua competência em relação à temática. A conselheira Heloísa Oliveira esclareceu que esse tema não chegou a ser tratado por ela e que logo que soube de sua indicação para essa atividade remeteu as ações à CMF. Por fim, o conselheiro Vitor Cavalcante informou que a CMF discutiu sobre a necessidade de acompanhamento do Comitê Gestor da

Escola de Conselho e SIPIA e que a Comissão pensou em dois nomes que pudessem fazer esse acompanhamento, sendo a conselheira Elisa Maciel e o conselheiro Antônio Dantas.

Comissão de Políticas Públicas – CPP: O conselheiro Rubens Bias informou à plenária que a comissão discutiu sobre o sentimento de ineficiência em relação às ações do Conselho e CPP sobre a vida das pessoas. O conselheiro informou sobre a aprovação da Lei da Primeira Infância. Sobre as ações previstas no planejamento da CPP, informou que em relação à temática de crianças e adolescente em situação de rua o Conselho criou um GT específico para esse tema. Informou que a divulgação sobre os fluxos em relação a retirada compulsória de bebês de suas mães nas maternidades será um trabalho conjunto entre a CPP e o GT. Como encaminhamento, a comissão entende a necessidade de ampliar a interface entre o GT e a CPP. A comissão encaminha também a proposta de construção de uma resolução conjunta entre o CNAS, MS e GT de Criança e Adolescente em Situação de Rua. Outro tópico do planejamento é em relação as crianças e adolescente quilombolas. Sobre esse tema nós fizemos a solicitação de informações ao Ministério da Saúde sobre a mortalidade de crianças e adolescentes quilombolas e ribeirinhas, contudo não tivemos resposta até então. As estratégias do Plano da CPP em relação aos filhos de pais presos, população ribeirinha e quilombola e ciganos, parquistas e circenses a CPP entende que estão sendo trabalhadas junto com o GT de crianças invisíveis, que a Comissão aproveitou para perguntar sobre o status desse GT. A proposta da CPP é fazer uma agenda de encontros do GT com a Comissão. A conselheira Jimena ressaltou que como encaminhamento a CPP solicita: a necessidade de reiterar o pedido de dados sobre algumas populações ao MS, principalmente sobre a mortalidade, sendo importante também o cruzamento dos dados atuais sobre microcefalia e o nascimento de crianças com atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor e com deficiência; o acompanhamento dos projetos de lei sobre o financiamento de crianças de mães presas; oficializar a participação e representação do Conanda junto a um grupo formado pela OIT e trabalhadores do campo, então é preciso que se inclua essa representação dentre as representações externas do Conselho; averiguar quais as demandas das populações ciganas, parquistas e demais grupos no sentido de saber o que a CPP e conselho poderiam agregar a esses

grupos. O conselheiro Rubens destacou a necessidade de retomar a parceria com o Conad (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas) sobre a regulamentação da presença de adolescentes em comunidades terapêuticas. O conselheiro destacou a necessidade de retomar o grupo de crianças e adolescentes com seus direitos violados no âmbito da Agenda de Convergência. A proposta de resolução apresentada pelo Conselheiro Renato Barão estava no âmbito da CDHAP para ser analisada e discutida em reunião conjunta com a CPP. A conselheira Jimena pediu atenção especial do Conselho em relação a regulamentação do Marco Legal da Primeira Infância, no sentido do Conselho ter papel de protagonista. Sobre as crianças e adolescentes com deficiência o conselheiro informou que a proposta da CPP é convidar o CONADE para tratar sobre as especificidades de público. Sobre as crianças e adolescentes indígenas o conselheiro lembrou sobre a construção do plano de convivência familiar e comunitário construído em parceria com a SDH e FUNAI. Informou que a CPP sugere a construção de uma resolução conjunta com o Conjuve sobre a letalidade de adolescentes negros. A conselheira Jimena Grignani informou sobre a necessidade de finalização e divulgação do guia de aprendizagem sobre a resolução 167 do Conanda. A conselheira destacou também a necessidade de avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitário, informando que na próxima assembleia a CPP trará um calendário de avaliação. Sobre o tema da obesidade infantil, conselheiro Rubens Bias informou que já havia deliberação sobre resolução que trata da alimentação escolar e está sendo construída em parceria com o Consea. A conselheira Jimena informou que sobre o ponto no planejamento da CPP sobre programas policialescos, a Comissão está trabalhando com a identificação de atores políticos importantes para o diálogo.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Retomada do pedido de dados ao MS sobre algumas populações, principalmente os dados sobre a mortalidade e dados sobre crianças com microcefalia;
- Acompanhamento dos projetos de lei sobre o financiamento de crianças em situação prisional, ou seja, os filhos de mães em situação de privação de liberdade;

- Oficializar a participação e representação do Conanda junto a um grupo formado pela OIT e trabalhadores do campo;
- Convidar o CONANDE para reunião com a CPP no sentido de discutirem ações voltadas às crianças com deficiência;
- Publicação das resoluções do Conanda no site da SDH;
- Encaminhamento para os gestores estaduais do Sinase;
- Promover uma reunião com os gestores do Sinase e a coordenação de saúde do adolescente com foco na regulamentação de dispensação de psicotrópicos no SINASE e acompanhamento no SIPIA;
- Encaminhar a resolução sobre excessiva medicalização para os demais conselhos nacionais de direito e conselhos estaduais (DCAs, Conseas, educação, saúde), ministério público e defensoria;
- Encaminhar resolução para a ciência dos membros do Mercosur (niñosur);
- Resgatar o status da resolução sobre paternidade e parentalidade – aprovada em outubro e encaminhada em novembro;
- Realizar uma reunião da CPP extraordinária para o plano decenal antes da conferência.

Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Parlamentares – CDHAP: A conselheira Magaly Marques informou que seu relato seria muito breve, pois a CDHAP conseguiu se reunir poucas vezes e nessa última reunião houve a ausência de titulares da comissão, tanto de membros da sociedade civil, como dos membros do governo. Estavam presentes o conselheiro Davi Ulisses, a conselheira Heloisa Oliveira e o conselheiro Pedro Hartung. Informou que discutiram sobre a reestruturação da comissão e sobre a necessidade de repensar o seu papel e formato. A conselheira informou que por essas ausências não foi possível realizar a reunião de planejamento da comissão, portanto, essa reunião foi prejudicada por falta de quórum. Em seguida o presidente, Fabio Paes, informou que a Mesa Diretora do Conselho trabalhará em sua próxima reunião sobre as representações nas comissões e a reestruturação da CDHAP está incluída nessa pauta.

Comissão de Orçamento e Finanças – COF: O conselheiro Edmundo Kroger informou que a COF havia discutido sobre a necessidade de se analisar e aprovar recursos destinados ao plano de comunicação do Conselho e que esta já havia sido aprovado naquela reunião em momento anterior. O conselheiro Edmundo Kroger sugeriu verificar a possibilidade de disponibilizar recursos do fundo para essas estratégias e no sentido de viabilizar a contratação de um consultor para o plano. Em seguida informou que a COF debateu também resgatar o debate sobre o edital de chancela do fundo e pediu que se verificasse onde o processo está parado. O conselheiro Djalma Costa sugeriu que o conselho encaminhasse proposta de item sobre a chancela e tentasse inserir no instrumento que será publicado recentemente pela presidência. O conselheiro Edmundo se dispôs a construir proposta a ser encaminhada à Presidência da República.

Deliberação/Encaminhamentos:

- O conselheiro Edmundo Kroger encaminhará via e-mail aos conselheiros proposta de texto sobre o edital de chancela até às 13h da sexta-feira para apreciação dos conselheiros e encaminhamento à Presidência.

Item 9. Apresentação das Olimpíadas

O subsecretário de Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro e membro da Coordenação Colegiada e Secretário Executivo do Comitê de Proteção Integral a Criança e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro, Ernesto Braga, desejou boa tarde a todos e a todas, informou sobre a reunião que teve com os membros da Mesa Diretora do Conselho em que apresentou as atividades que estão sendo realizadas no Rio de Janeiro sobre as Olimpíadas em especial aquelas sobre a proteção de crianças e adolescentes. Em seguida iniciou sua apresentação do projeto sobre Comitê de Proteção Integral da Criança e do Adolescente e Projeto sobre o Observatório de crianças e adolescentes da prefeitura do Rio de Janeiro.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar para mesa diretora da discussão sobre o papel institucional e de apoio ao Projeto a ser apresentado na próxima Assembleia, quando será discutido o Plano de Aplicação.

18h00: Encerramento da 247ª Assembleia Ordinária do Conanda.